

VISÍVEL E INVISÍVEL:



A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL

MARÇO 2017

Realização:



Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

Apoio:

Canada



Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Metodologia	7
Principais Resultados	8
ANÁLISE: Violência, violências: mais agredidas ou mais atentas?	21
<i>Silvia Ramos</i>	
ANÁLISE: Resultado de pesquisa expõe tolerância social à violência contra as mulheres em espaços públicos	25
<i>Roberta Viegas, Roberta Gregoli e Henrique Marques</i>	
ANÁLISE: De volta ao mal estar na civilização: violência contra a mulher e o que ela nos diz sobre a realidade brasileira.....	29
<i>Maria José Tonelli e Rafael Alcadipani</i>	
ANÁLISE: O que somos, o que sabemos e o que fazemos com isso	33
<i>Manoela Miklos e Ana Carolina Evangelista</i>	
ANÁLISE: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	35
<i>Mafoane Odara Poli Santos e Daniela Marques Grelin</i>	
ANEXO	40

Lista de gráficos

Gráfico 1: Percepção da violência contra as mulheres em nossa sociedade nos últimos 10 anos, Brasil (%).	9
Gráfico 2: Percepção da violência contra as mulheres em nossa sociedade nos últimos 10 anos, por cor declarada, Brasil (%).	9
Gráfico 3: Percepção da violência contra as mulheres em nossa sociedade nos últimos 10 anos, por Região (%).	10
Gráfico 4: Viu alguma dessas situações acontecendo no seu bairro ou comunidade nos últimos 12 meses, Brasil (%).	10
Gráfico 5: Viu alguma dessas situações acontecendo no seu bairro ou comunidade nos últimos 12 meses, por raça/cor, Brasil (%).	11
Gráfico 6: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, Brasil (%).	12
Gráfico 7: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, segundo o tipo, Brasil (%).	12
Gráfico 8: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).	13
Gráfico 9: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, por raça/cor, Brasil (%).	13
Gráfico 10: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, por escolaridade, Brasil (%).	14
Gráfico 11: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, por renda, Brasil (%).	15
Gráfico 12: Tipo de agressor considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, Brasil (%).	15
Gráfico 13: Tipo de agressor considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).	16
Gráfico 14: Tipo de local considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).	16
Gráfico 15: Atitude em relação à agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses, Brasil (%).	17
Gráfico 16: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, Brasil (%).	18
Gráfico 17: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).	18
Gráfico 18: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, por raça/cor, Brasil (%).	19
Gráfico 19: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, segundo tipo, Brasil (%).	19
Gráfico 20: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, segundo tipo, por raça/cor, Brasil (%).	20

Ficha institucional e Técnica

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Conselho de Administração

Paulo Sette Câmara – Presidente
Elizabeth Leeds – Presidente de Honra
Cássio Thyone Almeida de Rosa
Daniel Cerqueira
Haydée Glória Cruz Caruso
Humberto Viana
Jacqueline de Oliveira Muniz
Jésus Trindade Barreto Jr.
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro
Marcos Aurélio Veloso e Silva
Marlene Inês Spaniol
Yolanda Catão
Cássio Thyone Almeida de Rosa

Conselho Fiscal

Edson M. L. S. Ramos
Paula Poncioni
Sérgio Roberto de Abreu

Equipe Executiva

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação Institucional

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Consultora Sênior de Projetos

Olaya Hanashiro (Coordenadora)

Equipe Técnica e Colaboradores

Cauê Martins
Cristina Neme
David Marques
Isabela Sobral (estagiária)
Marina dos Santos (estagiária)
Marina Pinheiro
Roberta Astolfi
Stefanie Prandi (estagiária)

Equipe Administrativa

Amanda Gouvea
Débora Lopes
Elaine Rosa
Karina Nascimento
Sueli Bueno

Apresentação

Tenho a satisfação de ter visto o Canadá trabalhando, por muitos e muitos anos, lado a lado com a sociedade civil brasileira, o governo brasileiro e os próprios cidadãos brasileiros para avançar no combate à violência de gênero e promover os direitos das mulheres e meninas.

Os direitos das mulheres e das meninas são uma questão fundamental dos direitos humanos. Empoderar as mulheres é essencial para alcançar prosperidade, desenvolvimento sustentável, governança e responsabilização inclusivas, justiça social, paz e segurança.

Esta posição é central para a política doméstica e externa do Canadá: nosso país é um defensor de longa data da igualdade de gênero, do empoderamento de mulheres e meninas e da realização de seus direitos humanos.

Evidências esmagadoras mostram que investir na igualdade de gênero e no empoderamento de mulheres e meninas atua como força multiplicadora em todos os outros objetivos de desenvolvimento. Mulheres e meninas educadas tendem a se casar mais tarde, têm menos filhos, proporcionam uma melhor saúde e nutrição para suas famílias e ganham mais renda do que mulheres com pouca ou nenhuma escolaridade. A eliminação de barreiras legais, sociais e de segurança pessoal baseadas em gênero leva as mulheres a ter maior acesso ao capital, a criar empresas, a criar ou garantir empregos decentes e a investir em suas famílias e comunidades. Quando as mulheres e as meninas têm controle sobre as decisões relativas à sua sexualidade e vida reprodutiva, mortalidade e morbidade materna e infantil diminuem e famílias prosperam.

A cooperação entre o governo, as organizações não governamentais, a academia, a aplicação da lei e os cidadãos, e especialmente as próprias mulheres, é crucial nos esforços de todos os países para alcançar progressos na igualdade das mulheres, combater a violência de gênero e capacitar mulheres e meninas.

Felicito e sinceramente agradeço a todos os envolvidos neste projeto pelo seu firme empenho em promover os direitos das mulheres e das meninas.

Imaginemos um mundo onde todas as mulheres e meninas sejam valorizadas e capacitadas, não tenham medo da violência baseada no gênero, tenham controle sobre suas próprias vidas, participem plenamente como tomadoras de decisão em suas casas e sociedades, e possam contribuir para e beneficiar plenamente do desenvolvimento e prosperidade em suas comunidades.

Riccardo Savone
Embaixador do Canadá no Brasil

Introdução

Na ocasião de seu 10º Encontro Anual, realizado em setembro de 2016, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública elegeu o tema da “Violência Contra a Mulher, Acesso à Justiça e o papel das Instituições Policiais” de modo a destacar os 10 anos da Lei Maria da Penha e sua relevância no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesta ocasião, produziu e apresentou a pesquisa #APolíciaPrecisaFalarSobreEstupro, que trata da percepção da população sobre violência sexual e sobre o atendimento prestado às vítimas por parte dos operadores policiais, chamando a atenção para a discussão de um tema que, não raramente, é negligenciado pelas instituições.

Compreendendo a necessidade de avançar na produção de informações sobre violência de gênero em seus diversos aspectos, e por ocasião do dia 8 de março, dia de luta para as mulheres de todo o mundo, o FBSP apresenta a pesquisa Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil, viabilizada por meio do apoio do Governo do Canadá e do Instituto Avon.

A pesquisa procura levantar informações sobre a percepção da violência contra a mulher e sobre a vitimização sofrida segundo os tipos de agressão, o perfil da vítima e as atitudes tomadas frente à

violência. Os resultados aqui descritos nos ajudam a compreender os diferentes tipos de violência com que a mulher brasileira vive cotidianamente, e como é necessário pensarmos em instrumentos capazes de minimizá-los; mostram-nos o quanto as nossas relações íntimas são permeadas pela violência e a lembram-nos da necessidade de perseguirmos a igualdade de gênero como princípio básico para as nossas relações sociais e do tamanho do desafio que temos à frente como sociedade.

A primeira parte deste relatório apresenta uma análise descritiva dos principais resultados do survey produzido pelo Instituto Datafolha. Na sequência, apresentamos cinco textos de análise da pesquisa de nossas parceiras e parceiros. Silvia Ramos do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania; Roberta Viegas, Roberta Gregoli e Henrique Marques do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal; Maria José Tonelli e Rafael Alcadipani do Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas (NEOP) da FGV/EAESP; Manoela Miklos e Ana Carolina Evangelista do #AgoraÉ-QueSãoElas; e Mafoane Odara e Daniela Marques Grelin do Instituto Avon, desvendam os significados por trás dos números aqui apresentados e colocam os caminhos e desafios para a superação da violência contra a mulher no Brasil.

Boa leitura!
Fórum Brasileiro de Segurança Pública



Metodologia

Trata-se de pesquisa quantitativa elaborada pelo FBSP e pelo Instituto Datafolha, com abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais. As entrevistas foram realizadas mediante a aplicação de questionário estruturado, elaborado pelo FBSP, com cerca de 15 minutos de duração.

A pesquisa teve um módulo específico de autopreenchimento, com questões sobre vitimização aplicadas somente às mulheres. As entrevistadas que aceitaram participar deste módulo responderam sozinhas às questões, diretamente no tablete, após orientação do(a) pesquisador(a).

O universo da pesquisa é a população adulta brasileira de todas as classes sociais com 16 anos ou mais. A abrangência é nacional, incluindo regiões metropolitanas e cidades do interior de diferentes

portos, em todas as regiões do Brasil. As entrevistas foram realizadas em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, no período de 09 e 11 de fevereiro de 2017.

A amostra total nacional foi de 2.073 entrevistadas. A amostra total de mulheres foi de 1.051 pessoas, sendo que destas 833 aceitaram responder o módulo de autopreenchimento (78%). Ambas as amostras permitem a leitura dos resultados no total do Brasil, pelas regiões: Sudeste, Sul, Nordeste e Norte/ Centro-Oeste.

A margem de erro para o total da amostra nacional é de 2,0 pontos para mais ou para menos. A margem de erro para o total da amostra de mulheres participantes do autopreenchimento é de 3,0 pontos para mais ou para menos. O perfil da população geral amostrada segue anexo.

Principais Resultados

Nessa primeira seção, apresentam-se os resultados sobre a percepção da violência contra a mulher na última década, considerando a amostra total de homens e mulheres.

Conforme indica o gráfico 1, para 73% da população brasileira a violência contra a mulher aumentou nos últimos 10 anos. Entre as mulheres, essa percepção eleva-se para 76% e, entre aquelas que foram vítimas de algum tipo de violência nos últimos doze meses, para 79%.

Considerando a faixa etária, observa-se que a percepção de aumento prevalece para 76% ou mais das mulheres adultas e mais velhas (acima de 25 anos), enquanto entre as mais jovens (16 a 24 anos) encontra-se percepção um pouco maior de que a violência permaneceu a mesma (24%).

Não se observam grandes diferenças de percepção do aumento da violência segundo a renda e a escolaridade, sendo um pouco superior entre a população de baixa renda (até 2 salários mínimos) e com menor escolaridade (75% em ambos os grupos).

Também não se observam diferenças na população segundo a raça/cor (gráfico 2), mas já entre as mulheres de cor declarada preta eleva-se para 79% o percentual daquelas que consideram que a violência contra a mulher aumentou.

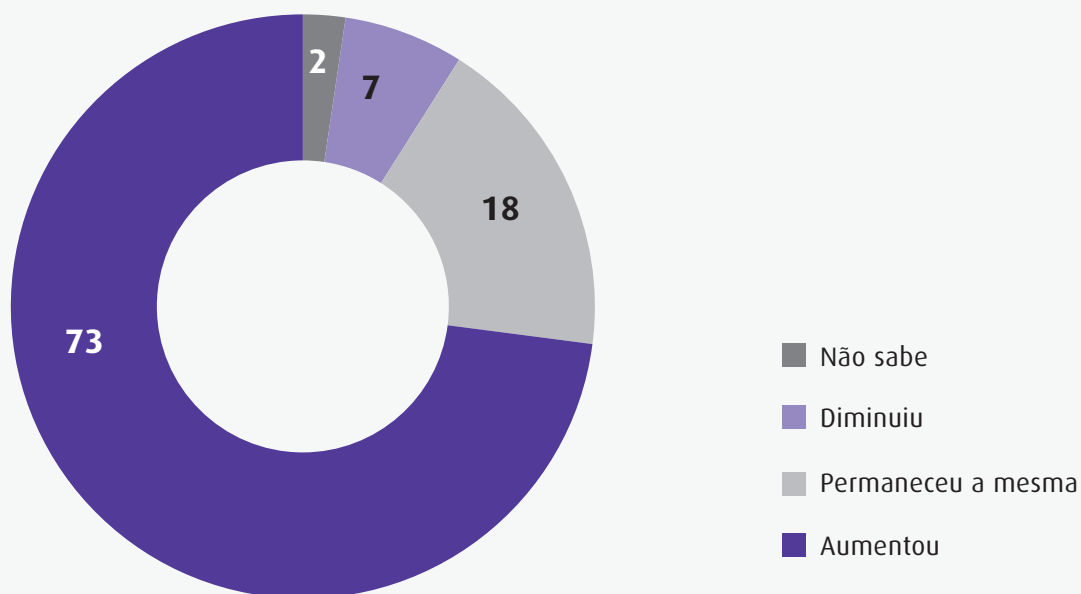
Em termos regionais, observa-se na região nordeste a maior percepção de aumento da violência contra a mulher (76%), seguida pela região sudeste (73%).

A percepção da população geral sobre ocorrências de violência e de assédio contra mulheres nos últimos 12 meses, no bairro ou comunidade em que vive, segue ilustrada nos gráficos 4 e 5. Perguntadas sobre uma série de seis situações, 66% da população respondeu afirmativamente ter visto alguma delas, ou seja, 2 em cada 3 brasileiros viu uma mulher sendo vítima de algum tipo de violência em 2016. A maior prevalência ocorre para abordagens desrespeitosas de mulheres na rua, evento reportado por 51% da população, por 80% da população jovem e por 85% da população jovem do sexo feminino (16 a 24 anos).

Não se observam diferenças por sexo em relação à percepção desses eventos, mas quando se desagregam as informações segundo a cor declarada dos(as) entrevistados(as), destaca-se a percepção mais acentuada da população negra em relação a incidência desses eventos em seu bairro ou comunidade. Assim, 69% dos(as) entrevistados(as) negros(as) reportaram ter visto alguma das situações elencadas em seu bairro ou comunidade, contra 60% dos(as) entrevistados(as) brancos(as), discrepância que se apresenta em cada uma das situações, conforme indicado no gráfico 5. Uma maior percepção da violência entre a população negra pode ser reflexo de uma vivência mais intensa com esta violência, já que são os pretos e pardos as maiores vítimas da violência letal no Brasil, para citar apenas um exemplo.

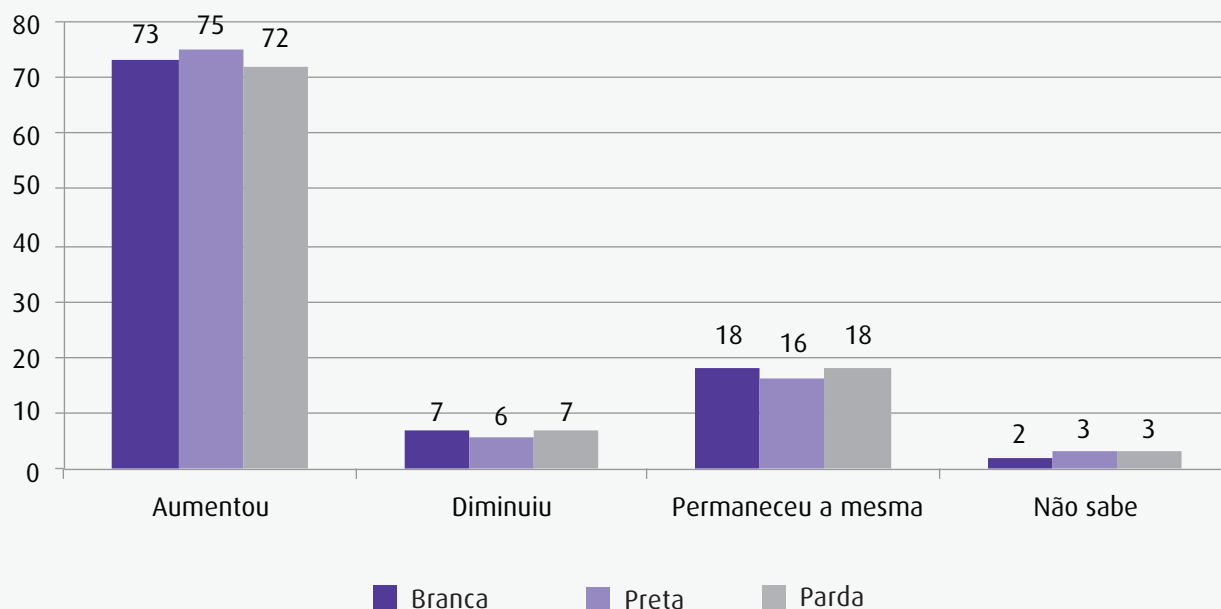
Na segunda seção, apresentam-se os dados reportados sobre vitimização direta feminina por violências e assédio ocorrida nos últimos 12 meses, obtidos mediante resposta autopreenchida pelas mulheres que aceitaram responder a essa seção da pesqui-

Gráfico 1: Percepção da violência contra as mulheres em nossa sociedade nos últimos 10 anos, Brasil (%)



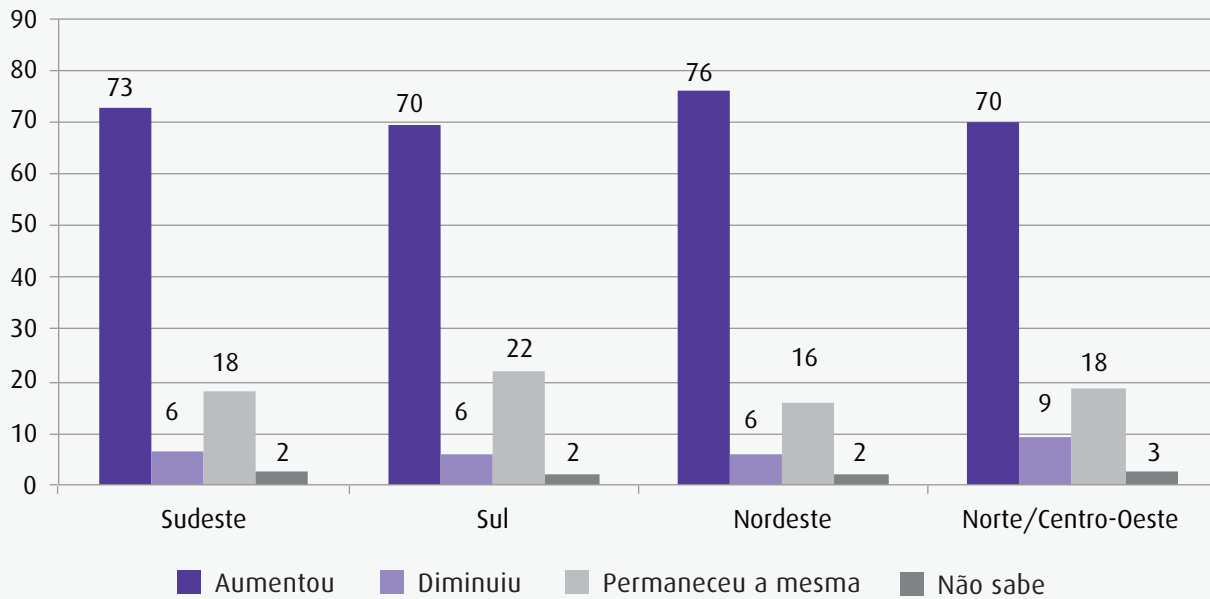
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 2: Percepção da violência contra as mulheres em nossa sociedade nos últimos 10 anos, por cor declarada, Brasil (%)



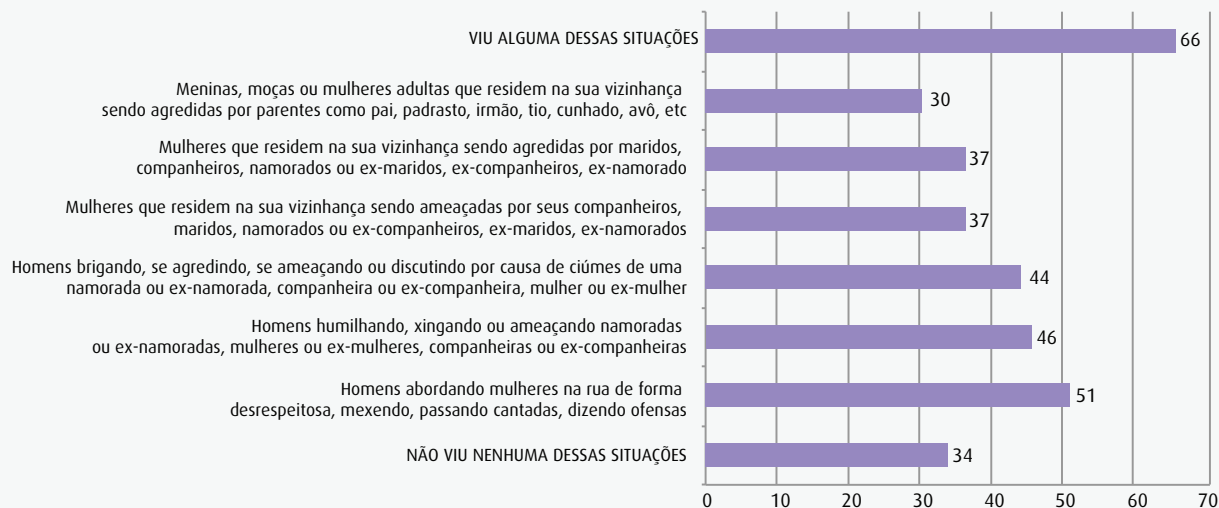
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 3: Percepção da violência contra as mulheres em nossa sociedade nos últimos 10 anos, por Região (%)



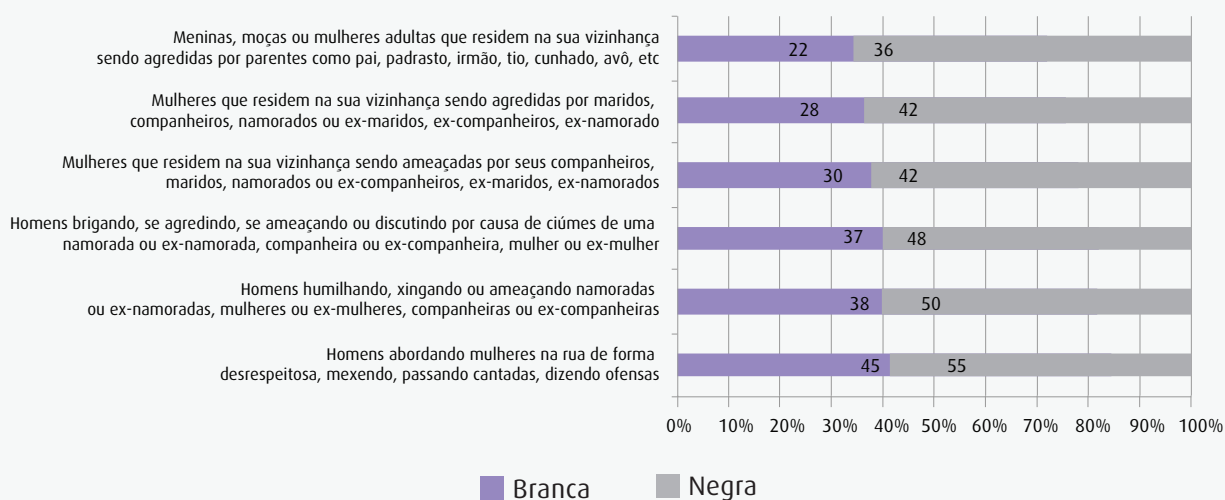
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 4: Viu alguma dessas situações acontecendo no seu bairro ou comunidade nos últimos 12 meses, Brasil (%)



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 5: Viu alguma dessas situações acontecendo no seu bairro ou comunidade nos últimos 12 meses, por raça/cor, Brasil (%)



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

sa (78% da amostra). Em relação à vitimização por violência, 29% das mulheres reportaram ter sofrido ao menos algum dos tipos elencados (gráfico 6).

Se desse conjunto as ofensas verbais alcançam 22% das mulheres, eventos que envolvem agressões físicas foram reportados por 18%, os casos de ameaça de agressão, amedrontamento e perseguição atingiram 23% e os de ofensa sexual, 8%² (gráfico 7).

A vitimização sobressai entre as mais jovens, sobretudo as de 16 a 24 anos, cuja taxa chega a 45%, assim como entre as mulheres negras (31%) em relação às brancas (25%), conforme indicado nos gráficos 8 e 9. E as solteiras são mais vitimadas do que as casadas.

Mulheres com alta escolaridade (ensino médio e superior) e alta renda (acima de 5 salários mínimos) tendem a reportar proporcionalmente viti-

mização superior quando comparadas às de baixa renda e escolaridade.

Sobre o perfil do agressor, verifica-se que na maioria são pessoas conhecidas da vítima (61%), como indica o gráfico 12. Dentre os conhecidos, 19% são cônjuge/companheiro/namorado e 16% ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado, aos quais seguem familiares, como irmãos(ãs), pais/mães, e pessoas próximas, como amigos(as) e vizinhos(as). Observa-se ainda que para a faixa etária de 35 a 44 anos destacam-se os agressores conhecidos (77%), enquanto os desconhecidos apresentam maior representação (42%) entre as mais jovens, ainda que os conhecidos sejam majoritários também nessa faixa etária (gráfico 13).

Quando se observa o local onde ocorreu a agressão, considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, a casa responde por 43% dos ca-

Gráfico 6: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, Brasil (%).

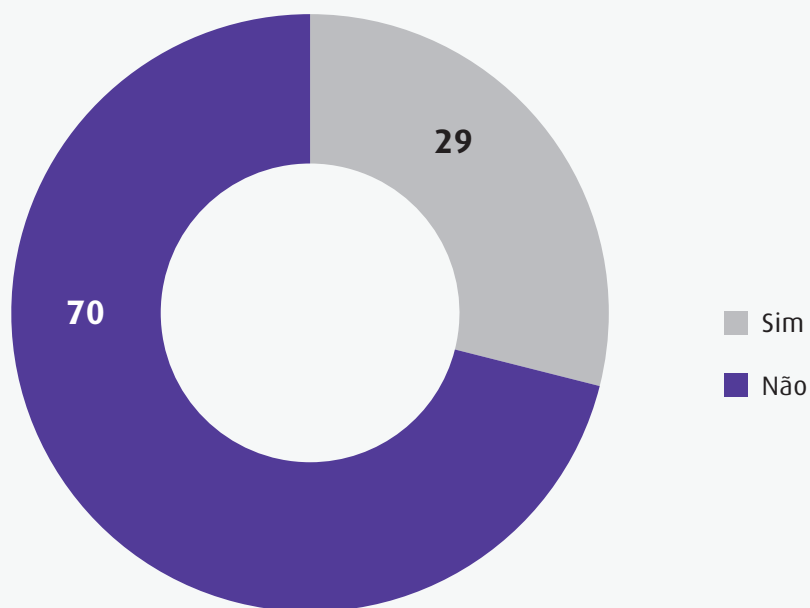
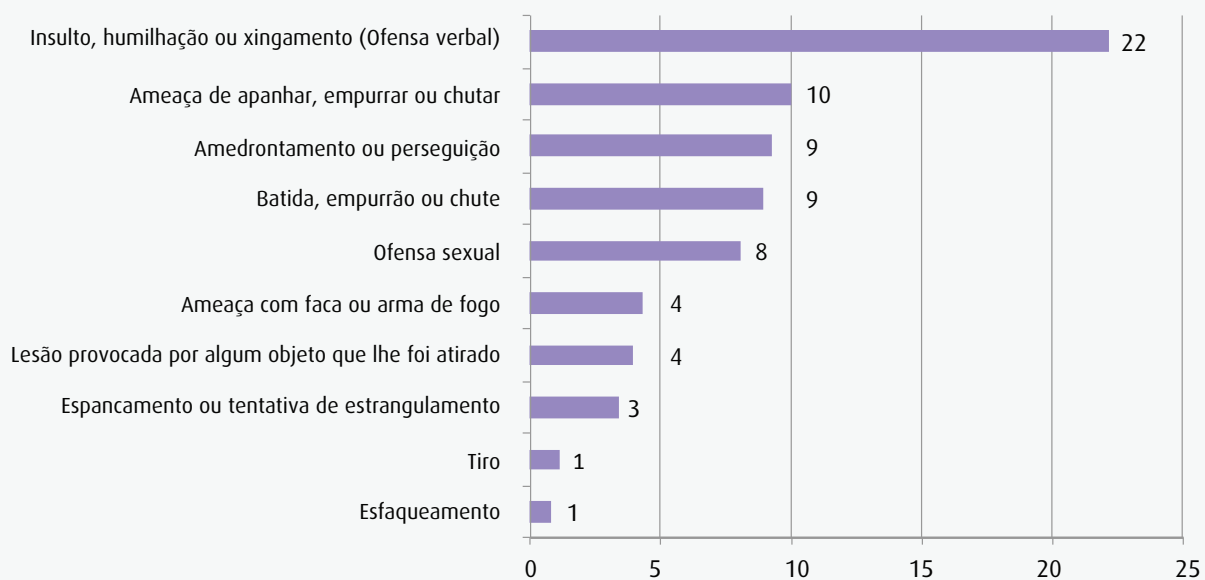
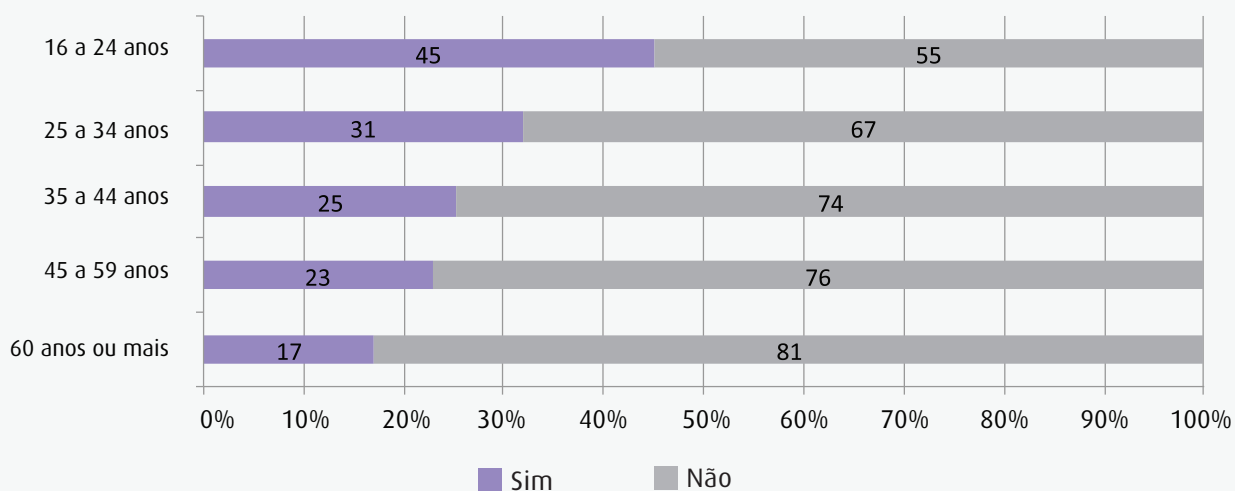


Gráfico 7: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, segundo o tipo, Brasil (%).



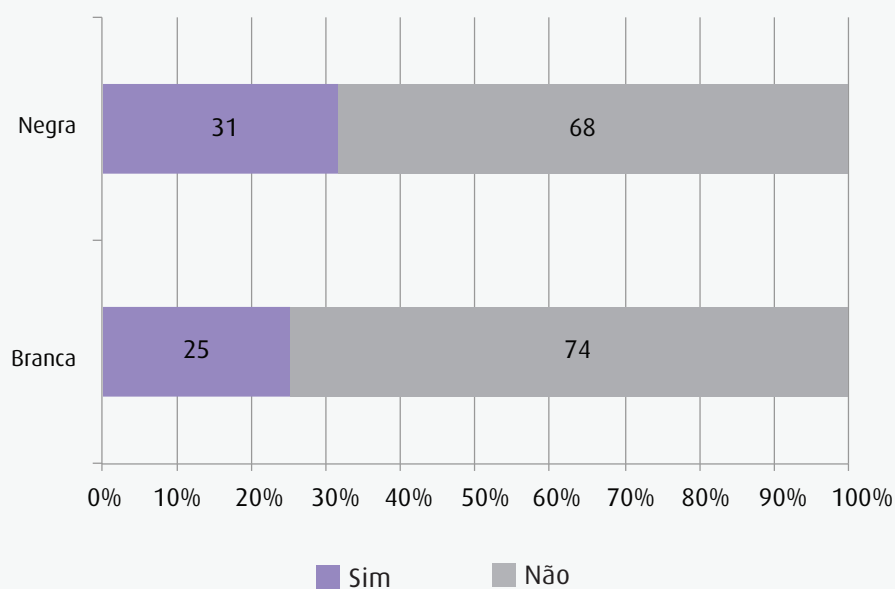
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 8: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 9: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, por raça/cor, Brasil (%)



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

sos, seguida pela rua, com 39%. Outros ambientes públicos, como local de trabalho e bar/balada, respondem por 5% cada, e a escola/faculdade, por 3%. A pesquisa identificou ainda a internet (rede social, Facebook, aplicativo, celular) como meio da agressão para 1% dos casos (gráfico 14).

Entre as mais jovens (16 a 24 anos), sobressai a vitimização ocorrida na rua (42%), no bar/balada (10%) e na escola/faculdade (6%), além da casa (35%). Conforme avança a idade, aumenta a proporção de mulheres agredidas no ambiente doméstico, atingindo 63% para as idosas. O trabalho aparece como local da agressão em 8% dos casos para mulheres na faixa etária de 35 a 59 anos.

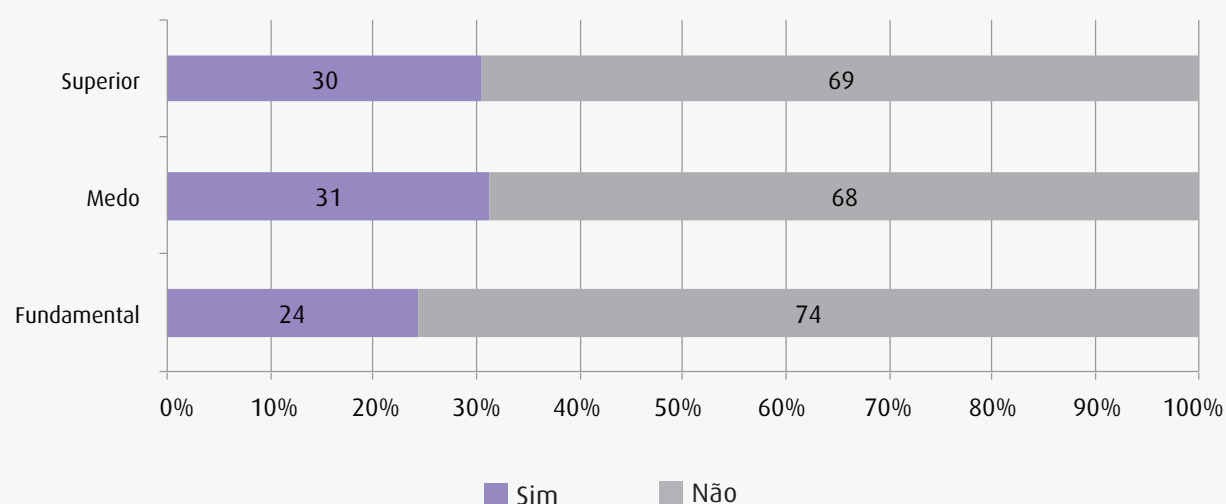
Destaca-se a vitimização das mulheres de alta renda (mais de 10 salários mínimos) em casa (52%) e no trabalho (23%), enquanto para as mulheres de baixa

renda (até 2 salários mínimos) a vitimização está mais distribuída entre a casa (43%) e a rua (44%). Observa-se ainda maior vitimização da mulher branca em casa (47%) do que na rua (34%), enquanto para a mulher negra a agressão está mais distribuída nos dois ambientes (42% em casa e 41% na rua).

Por fim, verifica-se que na maioria dos casos as mulheres não tomam atitude frente à violência sofrida, visto que 52% reportaram que não fizeram nada (gráfico 15).

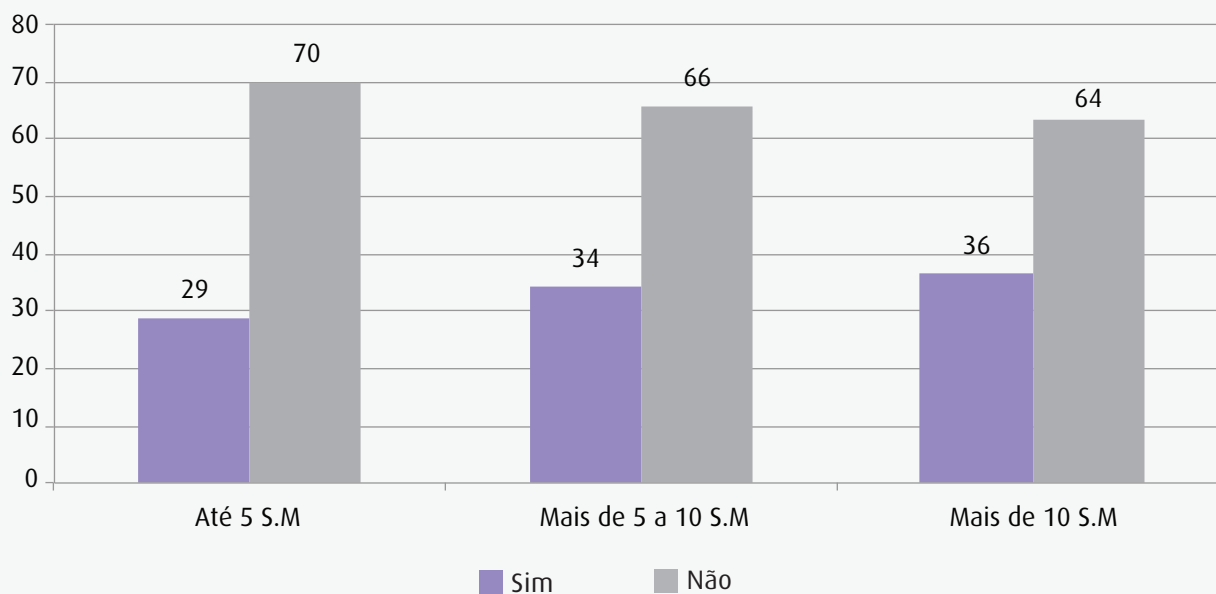
Considerando o tipo de agressão sofrida, observa-se que nos casos de lesão provocada por algum objeto e de ameaça com faca ou arma de fogo, 41% e 48%, respectivamente, relataram ter recorrido a um órgão oficial relacionado ao sistema de segurança (delegacia da mulher, delegacia comum, polícia militar – 190, central de atendimento à mu-

Gráfico 10: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, por escolaridade, Brasil (%).



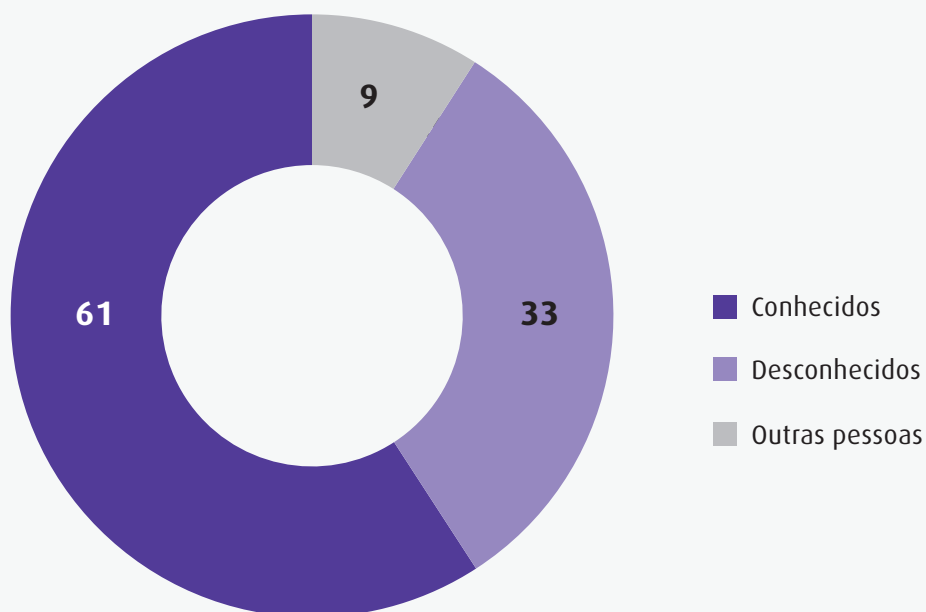
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 11: Sofreu algum tipo violência nos últimos 12 meses, por renda, Brasil (%).



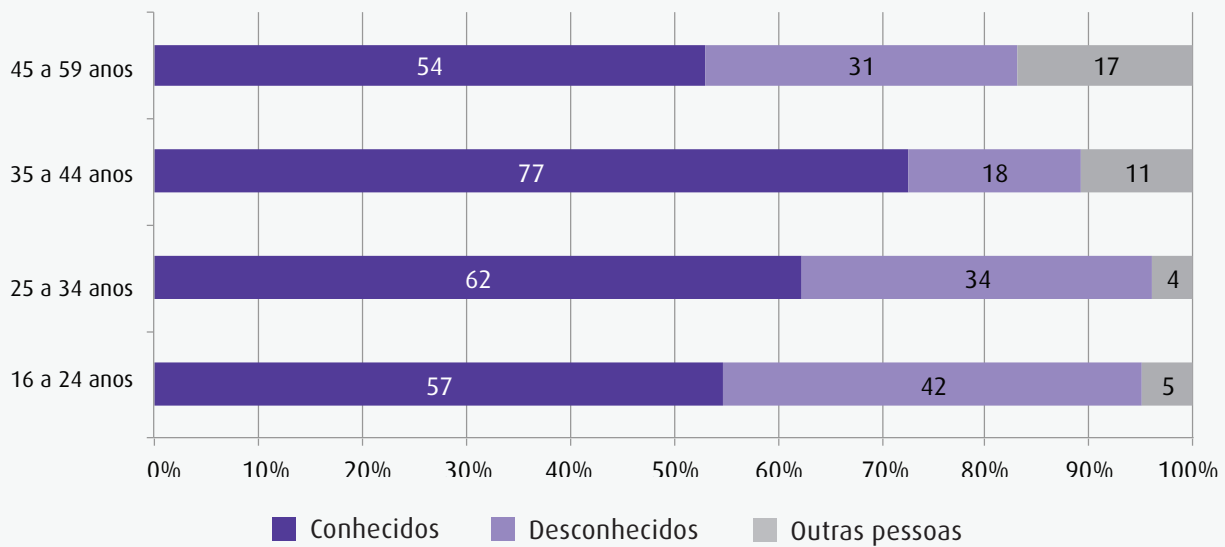
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 12: Tipo de agressor considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, Brasil (%).



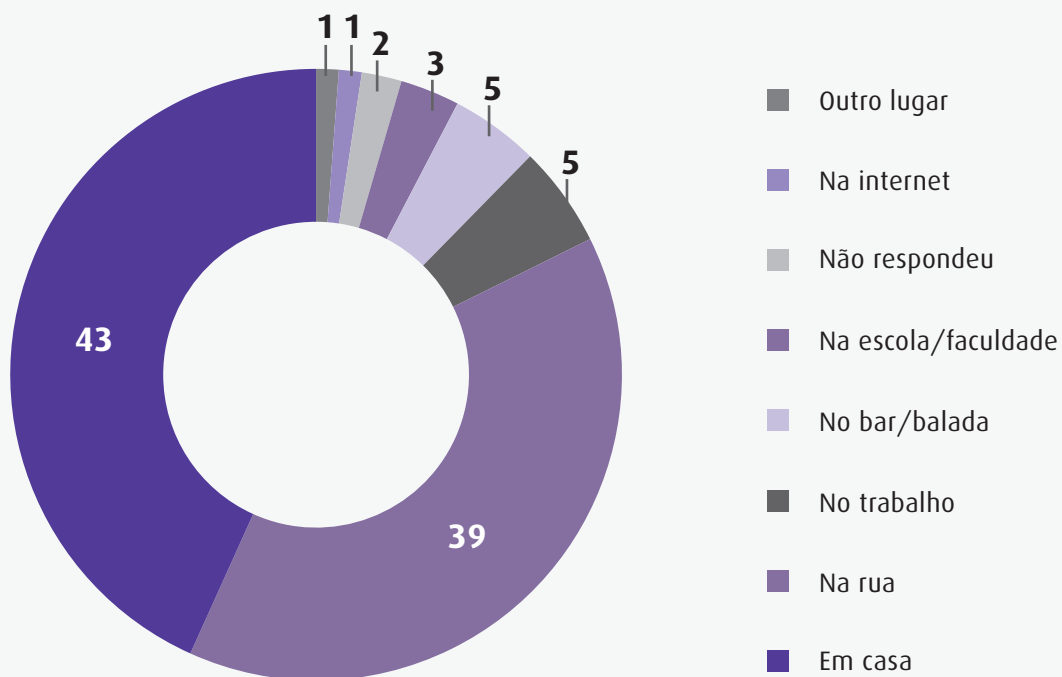
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 13: Tipo de agressor considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 14: Tipo de local considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

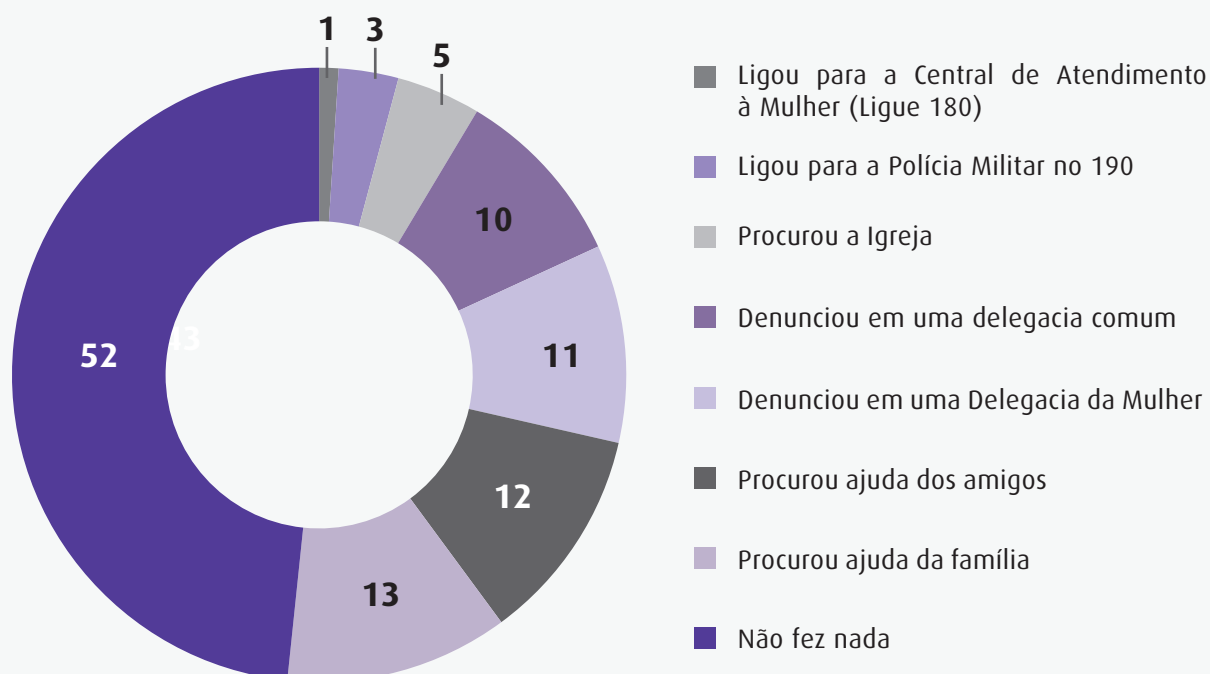
lher – 180). Já os casos de ofensa sexual atingem a maior proporção de não reação (58% declararam não ter feito nada), o restante distribuindo-se entre recorrer a órgãos oficiais e não oficiais (família, amigos, igreja). Nos demais eventos que abrangem ações de amedrontar ou perseguir, bater e ameaçar bater, cerca de 30% das mulheres recorreram a um órgão público. Não se observa grande diferença entre mulheres brancas e negras em relação ao recurso a órgãos oficiais e não oficiais, as mulheres negras recorrendo um pouco mais (49% declararam não ter feito nada) do que as brancas (57% declararam não ter feito nada).

Por fim, os resultados para vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses indicam a gravidade do problema no país. 40%

das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de assédio, proporção que se eleva para 70% entre as mais jovens e para 43% entre as mulheres negras (contra 35% brancas). E ainda, dentre as negras, as de cor autodeclarada preta tem essa proporção elevada para 47%.

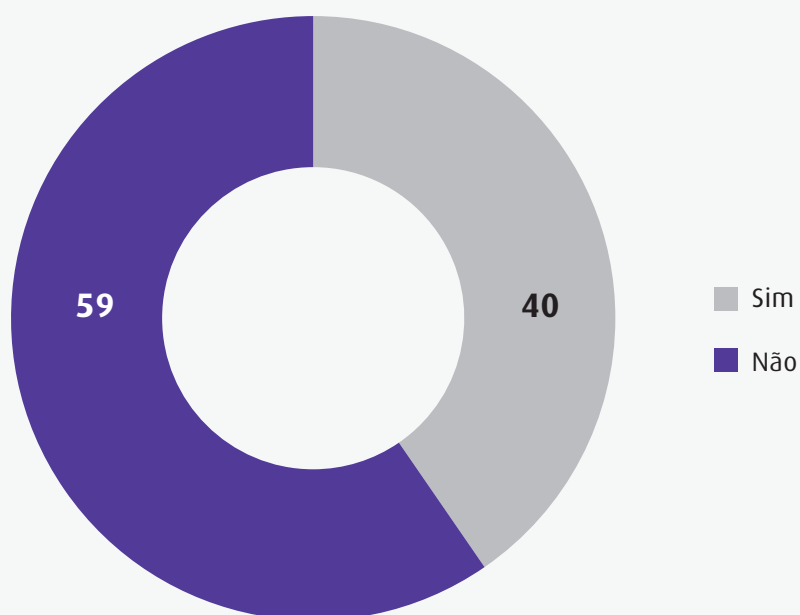
O tipo de assédio mais frequente é receber comentários desrespeitosos ao andar na rua, evento que afeta 36% das mulheres, seguido por receber comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho (13%) e por sofrer assédio físico em transporte público (10%), conforme indicado no gráfico 19. Quando se observa a informação desagregada segundo a raça, as mulheres negras sofrem em maior proporção todas as modalidades de assédio (gráfico 20).

Gráfico 15: Atitude em relação à agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses, Brasil (%).



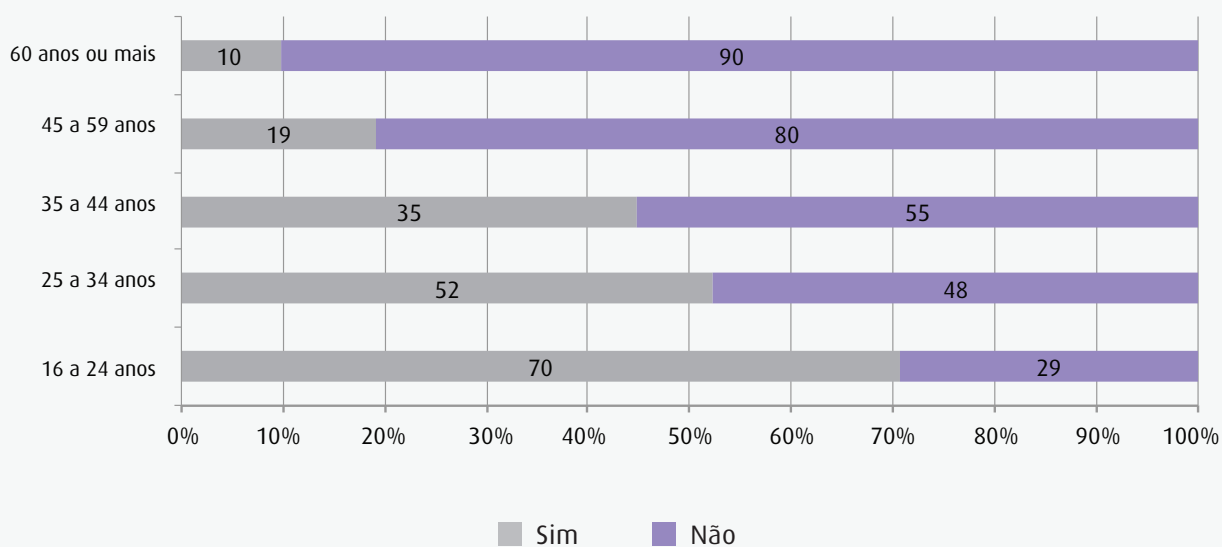
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 16: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, Brasil (%).



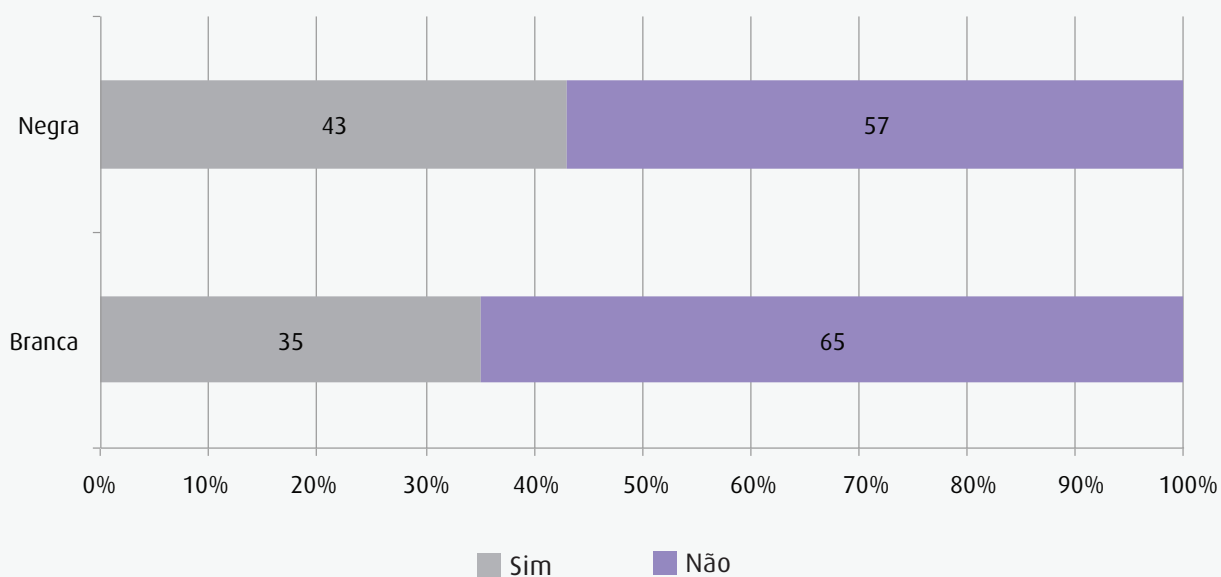
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 17: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 18: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, por raça/cor, Brasil (%).



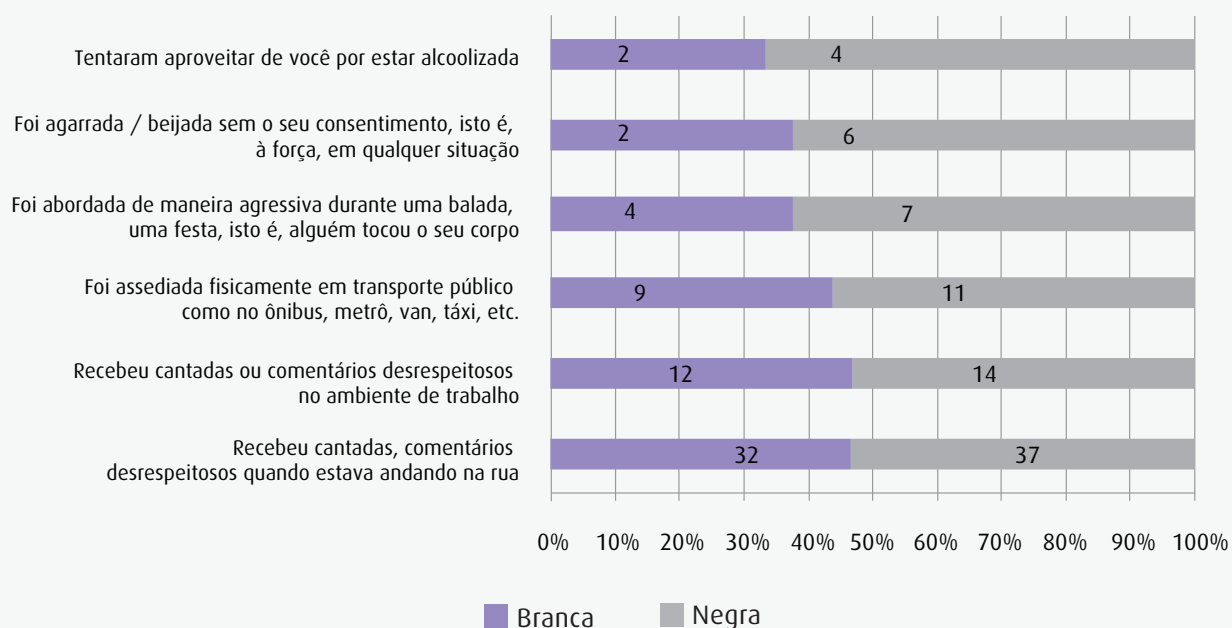
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 19: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, segundo tipo, Brasil (%).



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 20: Vitimização de mulheres por assédio nos últimos 12 meses, segundo tipo, por raça/cor, Brasil (%)



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

1. *Ofensa sexual abrange as situações em que pessoas agarram, tocam ou agredem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais.*

Violência, violências: mais agredidas ou mais atentas?

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESEC

Sílvia Ramos

Cientista social e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro divulgou um balanço do Carnaval de 2017 e revelou que 2.154 pessoas chamaram o 190 para denunciar casos de violência contra mulheres entre a sexta-feira, dia 26 de fevereiro, e a quarta-feira, dia 1 de março. Uma agressão a cada três minutos. A bióloga Elisabeth Henschel, de 23 anos, estava em um bar no centro do Rio de Janeiro quando foi apalpada por um homem. Ao procurá-lo para tirar satisfações, levou dois socos no rosto. Elisabeth, que disse ter saído fantasiada de diaba usando um maiô em que se lia 'feminist' justamente para fazer alusão "aos xingamentos feitos às feministas", precisou receber três pontos no nariz e relatou o caso

em seu Facebook: "desde o momento em que pisei fora de casa, os homens começaram seus ataques, desde olhares lascivos às gracinhas mais absurdas. Vários tentaram encostar em meu corpo sem meu consentimento¹". Uma entidade carioca que fazia a campanha Carnaval sem Preconceito teve que trocar as mulheres por homens, porque mulheres que distribuíam folhetos contra o assédio nos blocos ouviram xingamentos e foram ofendidas verbal e fisicamente².

Que realidades estão guardadas por trás dessas notícias e desses números? Que dinâmicas cotidianas acontecem abaixo da linha mais visível de vio-

lências explícitas nas ruas e que moldam – ainda em parte – nossa cultura de relações possíveis entre homens e mulheres dentro de casa, entre casais, ex-parceiros, familiares e vizinhos?

Para entender isso, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Datafolha ouviram homens e mulheres em 103 cidades do Brasil. Duas mil e setenta e três pessoas pararam para dar entrevistas em pontos de fluxo e responderam perguntas sobre violência contra as mulheres. Como algumas perguntas poderiam ser íntimas ou constrangedoras, 833 mulheres responderam a um bloco de questões preenchendo elas mesmas as respostas num tablete – uma técnica que coloca um padrão especial nas pesquisas de “vitimização” contra mulheres.

Os resultados confirmam padrões que não param de nos surpreender – como o fato de que 30% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência pessoal e direta apenas no último ano e nada menos do que 66% de todos os entrevistados admitiram ter presenciado alguma cena de violência contra mulheres no próprio bairro no último ano. Ao lado disso, a pesquisa traz revelações inesperadas, ou ao menos instigantes.

Jovens no mundo do trabalho com maior escolaridade e maior renda

Um resultado surpreendente da pesquisa foi a incidência de vivências de agressões e violência entre as mulheres jovens de 16 a 24 anos. As com renda maior (mais de 2 salários mínimos), as solteiras e as inseridas na população economicamente ativa (PEA) também relataram mais experiências de violência do que as mais velhas, menos escolarizadas e fora do mercado de trabalho. Mais surpreendente ainda: não só as mais jovens relataram ter *sofrido* mais agressões, mas também *presenciaram*

mais cenas públicas de agressões contra mulheres nos últimos 12 meses, chegando a 80% das entrevistadas, contra 55% das entrevistadas mais velhas.

30% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência pessoal e direta apenas no último ano

É certo que mulheres jovens, inseridas no mercado, circulam mais pela cidade e estão mais expostas a sofrer e testemunhar cenas de violência, assédios, ofensas e ameaças, especialmente em locais públicos. Mas também é provável que mulheres mais jovens estejam hoje mais atentas ao decodificar como “violência” uma cantada agressiva, uma proximidade corporal forçada e também estejam mais dispostas a ressignificar como assédio aquele convite insistente do chefe ou do professor que tinha ficado na memória apenas como um momento ruim vivido na solidão e em geral na culpa.

Com certeza, a chamada “quarta onda do feminismo”, que envolveu especialmente mulheres jovens nas redes e nas ruas principalmente a partir de 2015, influenciou os resultados das respostas das mais jovens para a pesquisa. Carla Rodrigues mostra que “a #primaveradasmulheres veio embalada pelas manifestações de 2013, pela criação de coletivos de mulheres e pela retomada das ruas desde 2011, quando começou a se espalhar, a partir do Canadá, a Marcha das Vadias. Fomos gritar #foracunha e protestar contra o Projeto de Lei 5069; as negras exibiram seus cabelos no #orgulhocrespo e organizaram a Marcha Nacional das Mulheres Negras; ocupamos as redes para denunciar #meuprimeiroassedio; intelectuais ganharam espaço na campanha #agoraéque-

sãoelas; a #partidA se organizou como um novo movimento feminista (...) o Think Olga liderou a mobilização #chegadefiu para dar um basta na naturalização do assédio, da violência sexual e da cultura do estupro; o transfeminismo confrontou o essencialismo das feministas radicais, as radfems [radical feminists], e reivindica espaço legítimo no movimento de mulheres (...) Tudo isso acontece ao mesmo tempo, formando a quarta onda feminista. Ou seria a terceira? (...)”³⁹.

Violência, violências: nossos velhos “conhecidos”

Um complicador na discussão sobre violência contra a mulher é que os fenômenos de agressão não são únicos nem correspondem a dinâmicas simples ou idênticas para todos os casos. A percepção de que certos comportamentos públicos masculinos agora são inaceitáveis, como cantadas e insinuações, continua convivendo com a violência a portas fechadas onde o agressor é o “conhecido” marido, ex-cônjuge, pai, irmão ou vizinho (61% dos casos de violência conforme a pesquisa). Os padrões são complexos e os enredos são suficientemente sofisticados e criativos a ponto de justificar a ilusão de que o pai extremo, o marido arrependido, o trabalhador honesto não pode ser tão “mau” a ponto de bater na mulher até tirar sangue ou quebrar um membro. Ele está desempregado, é só quando bebe, ele vai melhorar. O fato é que, sob a expressão violência contra a mulher, encontram-se variadíssimas dinâmicas e formas de agressão e o próprio movimento de mulheres e os sistemas policiais de proteção às mulheres às vezes têm dificuldade de entender que a Lei Maria da Penha foi um



avanço extraordinário em termos simbólicos para toda a sociedade, mas também foi um complicador para mulheres que - em vez de punir, punir, punir - querem restaurar suas relações. Querem que a violência cesse, mas não querem se separar de seus companheiros.

O que a pesquisa parece mostrar é um cenário complexo, no qual novos padrões de percepção de violências (assédio, olhares, ameaças veladas) convivem lado a lado com os velhos padrões de vitimização de violência familiar em que mulheres continuam vivendo espancamentos e ameaças de vida às vezes impossíveis de superar. A pergunta que deveríamos fazer – ao verificarmos que mais de metade das mulheres agredidas (52%) relata não ter feito nada após a agressão – como espe-

cialistas em segurança é: estamos usando todas as ferramentas disponíveis para criar alternativas para as dinâmicas complexas de violência contra a mulher? Será que não estamos “entregando” os destinos das mulheres vítimas apenas à Polícia e à Justiça tradicionais? Por que temos usado tão pouco círculos de Justiça Restaurativa e dinâmicas de Mediação de Conflitos? Or-

ganizações como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública têm que investir nessas agendas nos próximos anos, ou não sairemos do pesadelo onde nos metemos, centrado em crime, vingança, prisão, estigma, crime, punição.

Estamos mais violentos?

Nós somos violentos, como sociedade e como cultura predominante de resolução de conflitos. Nossos 58.000 homicídios a cada ano não nos deixam enganar. É bom lembrar que os assassinatos são

apenas a ponta visível de violências múltiplas: onde há muitos homicídios, contam-se à rodo lesões corporais, ameaças, crimes violentos contra o patrimônio, etc. No caso da violência doméstica contra a mulher, algumas vezes o homem só olha para a gaveta onde guarda a arma para fazer a mulher obedecer: ela sabe que ele efetivamente pode matá-la, numa cultura onde mata-se muito. No caldo de agressões e ameaças que tantas vezes regulam as relações íntimas, não vamos nos esquecer que violências entre casais do mesmo sexo e também de mulheres em relação a homens estão presentes em casamentos e estruturas familiares onde a violência é uma gramática que algumas vezes conjuga o afeto e o amor. Aliás, o mesmo ocorre entre casais de adolescentes namorando ou “ficando”⁴.

Em minha opinião, o resultado mais surpreendente desta pesquisa foi a concordância de mais 70% de homens e mulheres, de todas as idades, classes sociais e regiões do Brasil, de que a violência contra a mulher aumentou nos últimos dez anos. Será? Creio que a pesquisa captou um momento

de alta sensibilidade para o tema, devido aos debates crescentes na sociedade, à presença de jovens nas redes e nas ruas engajadas nos novos movimentos feministas, à militância de jovens negros e negras, moradores de favelas e periferias discutindo o tema da violência e do racismo, devido ao trabalho de organizações de apoio a mulheres, de delegacias especializadas e à importante divulgação dos parâmetros da Lei Maria da Penha.

Eu não acredito que a violência contra a mulher é maior hoje no Brasil que há dez anos atrás. Acho que as mulheres e homens jovens reconhecem, identificam e rejeitam mais situações de violência de gênero do que as mulheres e homens de minha geração. Mas só pesquisas como essa serão capazes de revelar o que acontece de fato com mulheres e homens nas casas, na vida privada e nos espaços públicos. Temos uma excelente fotografia, mas precisamos do filme. Tomara que o FBSP faça dessa pesquisa de vitimização de mulheres uma longa tradição.

1. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/02/uma-mulher-foi-agredida-a-cada-3-minutos-durante-o-carnaval-no-rio.htm>
2. <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-03-02/uma-mulher-foi-agredida-a-cada-quatro-minutos-durante-o-carnaval.html>
3. Carla Rodrigues. *Erguer, acumular, quebrar, varrer, erguer...* Revista Serrote, no. 24, 2017. <http://www.revistaserrote.com.br/2017/01/erguer-acumular-quebrar-varrer-erguer-por-carla-rodrigues/>
4. “Eu bato mesmo” dizia uma das adolescentes entrevistadas pela equipe do CLAVES/FIOCRUZ, em pesquisa que revelou um padrão extremamente agressivo em relacionamentos adolescentes ao ouvir 3.200 estudantes de 104 escolas públicas e privadas em dez Estados. Nove em cada dez jovens afirmaram praticar ou sofrer violência no namoro. Quem mais bate são as meninas. Quase 30% delas disseram agredir fisicamente o parceiro. São tapas, puxões de cabelo, empurrões, socos e chutes. Entre os meninos, 17% se disseram agressores. “As meninas estão reproduzindo um padrão estereotipado do comportamento masculino”, diz uma das coordenadoras da pesquisa, Kathie Njaine. O motivo das agressões é quase sempre o ciúme e a vontade de manter o parceiro sob controle. O estudo está no livro *Amor e Violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros* (Maria Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis, Kathie Njaine. Editora Fiocruz, 2011).

Resultado de pesquisa expõe tolerância social à violência contra as mulheres em espaços públicos

70% das mulheres de até 24 anos já sofreram algum tipo de agressão perpetrada em espaços públicos

Observatório da Mulher Contra a Violência – SENADO FEDERAL

Roberta Viegas e Silva

Consultora Legislativa do Senado Federal, coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência e especialista em Direitos Humanos

Roberta Gregoli

Doutora em Comunicação Social pela Universidade de Oxford e servidora no Observatório da Mulher contra a Violência do Senado.

Henrique Marques Ribeiro

Analista Legislativo do Senado Federal, Mestrando em Administração pela UNB e Especialista em Orçamento Público pelo Instituto Serzedêllo Corrêa/TCU.

A presente pesquisa sobre violência contra as mulheres, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com apoio do Instituto Avon e do Fundo Canadá para Iniciativas Locais, procurou investigar, dentre outras coisas, a violência em espaços públicos¹.

A tolerância social é um dos fatores – talvez o principal – pelos quais a violência contra as mulheres

continua a atingir números alarmantes no Brasil. A alta incidência do assédio contra mulheres em espaços públicos revelada pela pesquisa indica o caráter sistêmico desse tipo de violência, ao tratar da aceitação coletiva desses comportamentos abusivos contra as mulheres por parte da sociedade de maneira geral.

Normas ditam o que é aceito ou não em determinado grupo social ou cultural². As normas não

são necessariamente escritas, ditas ou articuladas, mas geram repulsa social quando quebradas. Ao revés, quando um comportamento ou atitude é socialmente aceito, não há constrangimento por parte do indivíduo que o perpetra.

A tolerância social à violência contra as mulheres é manifestada pela culpabilização da vítima, pela desconfiança com relação ao seu relato de violência e pela eufemização³ e naturalização do comportamento do agressor. Essa compreensão deve nortear, inclusive, a leitura de pesquisas de opinião sobre violência contra as mulheres de maneira geral. A naturalização da violência em seu cotidiano impede que as mulheres se percebam vítima da agressão, fazendo com que o resultado de mulheres que se reconhecem vítimas seja subdimensionado.

De acordo com os dados coletados na pesquisa, nos últimos 12 meses, duas em cinco mulheres com idade superior a 16 anos sofreram algum tipo de agressão perpetrada em ambientes públicos. Tais agressões se mostraram ainda mais frequentes entre mulheres mais jovens, de forma que mais de três em cinco mulheres com idade entre 16 e 24 anos declararam ter sofrido esse tipo de violência nos últimos 12 meses. Já entre aquelas com 25 a 34 anos, verificou-se que metade delas sofreu algum tipo de violência perpetrada em ambientes públicos nesse mesmo período.

A diferença de respostas em relação à idade das mulheres agredidas pode ser tentativamente explicada por dois fatores: primeiramente, que mulheres mais jovens são, de fato, o principal alvo de assediadores, dentro de uma cultura que invisibiliza

mulheres na medida que envelhecem. Além disso, é possível que mulheres mais jovens tenham mais consciência da violência que sofrem, efetivamente se reconhecendo vítimas de agressão, enquanto mulheres com mais idade podem corroborar com a eufemização da agressão (ex. “não foi assédio, foi só uma cantada”).

A naturalização da violência em seu cotidiano impede que as mulheres se percebam vítima da agressão, fazendo com que o resultado de mulheres que se reconhecem vítimas seja subdimensionado.

Agressões em transportes públicos, locais inerentemente compartilhados por grande número de pessoas, ilustram bem a tolerância cultural e social à violência contra as mulheres. Dentre as diversas normas e protocolos implícitos de convívio nesses espaços, muitas pessoas presenciam agressões e nada fazem.

Como exemplo dessas agressões, de acordo com a pesquisa, aproximadamente uma em cada seis mulheres, entre 16 e 24 anos, declarou ter sido assediada fisicamente em transportes públicos, como ônibus, metrô, van, taxi etc. Esse tipo de agressão foi perpetrada também contra proporção semelhante de mulheres entre 25 e 34 anos: em relação aos últimos 12 meses, cerca de uma em cada sete mulheres nessa faixa etária declarou ter sofrido esse tipo de agressão.



Pesquisa do Instituto Avon de 2016, intitulada **O papel do homem na desconstrução do machismo**⁴, já sinalizava a tolerância generalizada ao machismo, indicando culpabilização em algum grau de vítimas de violência sexual e vítimas de violência digital (pornografia de vingança). Dados de 2014 do Ipea⁵ apontavam na mesma direção, com grande concordância, total ou parcialmente, pelos respondentes, com a afirmação de que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros” – construção típica do mecanismo de culpabilização da vítima.

Além da rua, o ambiente de trabalho também tem se mostrado hostil, especialmente para as mulheres mais jovens⁶. Segundo dados da pesquisa, cerca de uma em cada cinco mulheres entre 16 e 34 anos declararam ter recebido “cantadas ou comentários desrespeitosos no trabalho”. Ainda segundo esses dados, mulheres com ocupação remunerada, mais escolarizadas e com maior renda mensal, estão mais sujeitas a – ou mais conscientes – desse tipo de violência: mais da metade das mulheres com ensino superior, e uma proporção um pouco menor de mulheres com ensino médio, afirmaram ter sofrido, nos últimos 12 meses, algum tipo de agressão no trabalho, enquanto tal proporção foi de cerca de uma em cada cinco mulheres com ensino fundamental.

O assédio sexual no trabalho traz uma série de efeitos psicológicos para as mulheres que o sofrem (depressão, efeitos psicossomáticos, interferência na vida pessoal), bem como efeitos

negativos na carreira (demissão, menos promoções, mais pedidos de licença e ostracismo em círculos profissionais e acadêmicos)⁷. O assédio no trabalho tem ainda custos para a empresa, com queda de produtividade não somente para as vítimas de assédio, mas também para as pessoas que o presenciam. Há ainda o impacto para o Estado e para a sociedade em geral: aposenta-

[...] uma em cada cinco mulheres entre 16 e 34 anos declararam ter recebido ‘cantadas ou comentários desrespeitosos no trabalho’.

doria precoce, dependência em políticas sociais por desemprego, sustento recaindo sobre familiares, etc⁸.



Também nos momentos de lazer, cerca de uma em cada seis mulheres com idade entre 16 e 24 anos declarou ter sido “abordada de maneira agressiva, isto é, que alguém tocou seu corpo em uma balada ou festa”. Além disso, cerca de uma em cada dez dessas mulheres relatou ter sido “agarrada ou beijada sem seu consentimento, ou seja, à força, em qualquer situação”.

Uma justificativa comum para a falta de ação de pessoas que presenciam violência doméstica e familiar contra mulheres é que se trata de um assunto íntimo e privado. A pesquisa descontrói esse argumento, ao demonstrar que a violência contra as mulheres é também generalizada em espaços

públicos – na rua, em transportes públicos, no trabalho – revelando que a falta de ação sistemática para combatê-la é resultante da tolerância social à violência, presente na nossa sociedade, onde o machismo ainda é estruturante.

Frente a um retrato tão aterrador, constata-se que os indivíduos que perpetram agressões a mulheres em público não se importam que o comportamento possa ser objeto de constrangimento social ou acreditam que tais agressões não sejam violência aos olhos da sociedade. Da mesma forma,

muitas mulheres vítimas não encontram respaldo social após a violência vivida, ou sequer se percebem vítimas de qualquer tipo de violência, vivenciando a agressão como algo naturalizado. O quadro da violência contra as mulheres só começará a se reverter quando ela for considerada intolerável em qualquer circunstância (em espaços públicos e privados), quando agressores sejam interpelados e constrangidos e as mulheres lesadas sejam ouvidas e acolhidas – ou seja, quando a sociedade tomar para si, coletivamente, a responsabilidade pelo bem-estar de suas mulheres.

1. *A pesquisa tem abrangência nacional e foi realizada com cidadãos e cidadãs acima de 16 anos de idade, entre os dias 9 e 11 de fevereiro de 2017. Este artigo analisa perguntas da pesquisa respondidas apenas por mulheres.*
2. *Adaptado do texto da Organização Mundial da Saúde, Changing cultural and social norms that support violence de 2009. Disponível em http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/norms.pdf.*
3. *O termo é utilizado aqui para descrever a minimização do comportamento do agressor, muitas vezes expressa na própria língua. Assim, “assédio de rua” é popularmente chamado de “cantada”, uma tentativa de estupro pode ser chamada de “forçar a barra” e assim por diante.*
4. *Disponível em http://institutoavon.org.br/uploads/media/1481746069639-projeto_ia_20x20cm.pdf*
5. *Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf*
6. *Cabe, aqui, a mesma observação referente à idade das mulheres agredidas em ambientes públicos.*
7. *Mais informações podem ser encontradas em um estudo da Comissão Europeia intitulado Sexual harassment in the workplace in the European Union de 1998, disponível em <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/shworkpl.pdf>, pp. 29-31.*
8. *Di Martino, V. et al. Preventing violence and harassment in the workplace. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2003, pp. 66-68. Disponível em https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_files/pubdocs/2002/109/en/1/ef02109en.pdf.*

De volta ao mal estar na civilização: violência contra a mulher e o que ela nos diz sobre a realidade brasileira.

Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas (NEOP) da FGV/EAESP

Maria José Tonelli

Professora titular da FGV-EAESP, Coordenadora do NEOP - Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas e editora científica da RAE - Revista de Administração de Empresas.

Rafael Alcadipani

Professor Adjunto da FGV-EAESP, Associado pleno ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pesquisador do NEOP - Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas.

Apesquisa aqui apresentada nos leva a questionamentos sérios a respeito do cotidiano de nosso país. Embrutecemos ou apenas passamos a escancarar o que antigamente se empurrava para o debaixo do tapete? O que a violência contra a mulher nos mostra sobre a violência na sociedade brasileira?

Em todas as classes sociais, em diferentes faixas etárias e profissões, em diversas regiões do país, a pesquisa - elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e aplicada pelo Datafolha - mostrou que 66% dos brasileiros já presenciaram alguma situação de violência contra a mu-

lher em seu bairro. Deve-se ressaltar: a pesquisa apontou que homens e mulheres têm a mesma percepção e consideram que a violência contra a mulher aumentou na última década¹. Parece que a sociedade brasileira perdeu o sentido de coletivo, de comunidade, e a lei de “levar vantagem em tudo” dos anos 80 voltou a predominar numa sociedade que não respeita suas instituições nem seus indivíduos. Impera o exercício das pulsões imediatas, o salve-se quem puder. O outro, mais fraco, é também responsabilizado pelas frustrações inevitáveis que a vida em sociedade impõe. Pode parecer simplista, mas se esse número expressivo de mulheres sofre violência é porque um núme-

ro igualmente expressivo de homens é violento. Vivemos numa sociedade violenta, longe da cordialidade estereotipada de nossa cultura. Uma explicação possível é que o pacto social, fundamental para a vida coletiva, não foi ainda possível na nossa sociedade.

De volta a Freud em o “Mal estar na civilização”: a superioridade da natureza, a consciência inevitável da nossa finitude e as controvertidas relações entre as pessoas impõem, para a sobrevivência individual e da espécie, a necessidade da regulação dessas relações, algo que garanta a sobrevivência individual ao mesmo tempo que permita a nossa coexistência como grupo. A necessidade da aplicação de leis que regulam a violência e a brutalidade parece essencial para uma sociedade um pouco mais justa, um pouco mais igualitária. Todos precisam ganhar, caso contrário, a força será exercida para se buscar a satisfação individual.

Mas não, nossa sociedade não parece garantir uma digna sobrevivência individual e, como consequência, parece que as pessoas não acreditam nas leis para sua própria proteção: a pesquisa indicou que mais da metade das mulheres vítimas de algum tipo de violência nos últimos doze meses não denunciou o fato. Isso sugere uma descrença em nosso sistema de Justiça Criminal que não é percebido como efetivo para lidar com o problema. Sugere, ainda, a visão de que esta violência é tão tomada como natural que não deve ser denunciada. E esse índice sobe para 59% quando se trata de mulheres mais jovens, entre 16 e 24 anos. O que podemos supor a respeito de um país em que as mulheres não podem confiar na justiça? Quem é responsável pelo cuidado com as crianças? Bem, todos sabemos que as mulheres vivem a dupla ou tripla jornada de trabalho, responsáveis por seus lares e o cuidado com as crianças. E assim como seus filhos podem aprender noções de justiça?

Quando se analisa o perfil das mulheres vítimas de violência, a pesquisa mostrou que a violência é maior entre o grupo de mulheres mais jovens, mas também é alta entre mulheres de 25 a 59 anos. E, um dado surpreendente, a violência é maior entre as mulheres da classe C e de escolaridade média, comparativamente à classe A/B e D/E, respectivamente com escolaridade superior ou apenas fundamental.

A necessidade da aplicação de leis que regulam a violência e a brutalidade parece essencial para uma sociedade um pouco mais justa, um pouco mais igualitária...

A violência, apesar de presente em todos os estratos sociais, está de forma mais marcante no meio. O que ocorre com esse segmento social? Bem, podemos supor que justamente neste grupo as mulheres passam a tomar consciência de alguns direitos, passam a querer lutar por eles e sofrem os abusos daqueles que não querem perder o poder. Nesse grupo, mais intensamente do que nos outros, perder o poder sobre as mulheres significa também perder o poder sobre o econômico, significa aceitar que a justiça deve beneficiar a todos, incluindo aqueles que supostamente são mais fracos. Mas se essa equidade não é socialmente praticada, não é a realidade social vivida no cotidiano, então a noção de justiça fica abalada. A superioridade sobre a mulher, em casa, dá a ilusão de poder, numa sociedade que não distribui igualmente o poder aos homens pobres. É em casa que essa violência acontece, como aponta a pesquisa: 61% das mulheres entrevistadas disse conhecer o agressor e 41% foram agredidas em casa.

Ainda de acordo com a pesquisa, o índice de violência aumenta nas regiões Norte e Centro Oeste, o que nos faz associar a violência com a pobreza. Mas, é o caso de lembrar aqui, que mesmo em países mais ricos, esse padrão se repete. A nossa desigualdade social contribui, mas não é o único fator que deve ser buscado para o entendimento da violência contra a mulher. Há um forte componente cultural de se perceber a mulher como propriedade do homem.



A questão da violência contra a mulher pode ser interpretada à luz das teorias feministas que indicam que a dominação masculina tem sido um imperativo ao longo de séculos. Ela está entranhada na forma como todo nosso cotidiano é organizado, em como hierarquizamos o espaço público como espaço de poder, em contraponto ao espaço doméstico como espaço sem poder, como se essas duas esferas da vida fossem independentes. Os dados dessa pesquisa intensificam essa constatação, mas também dão pistas de como essa relação se concretiza na cultura brasileira. Vamos aos dados: 29% das mulheres declararam ter sofrido algum tipo de agressão². Novamente esse índice é mais alto entre as mulheres mais jovens (47%) do que entre as mulheres mais velhas. Quando se trata de assédio esse padrão se repete: 40% das mulheres já foram vítimas de assédio, enquanto esse índice chega 70% quando se trata apenas de mulheres mais jovens. A pesquisa aponta, portanto, que a vulnerabilidade é maior entre mulheres mais jovens. Bem, a dominação masculina pode ser mais intensa para com as mu-

lheres que ainda não detém meios próprios de sobrevivência ou ainda não possuem suficiente experiência de vida para não se culpabilizar pelos ataques sofridos (sim, ainda hoje, muitas mulheres se perguntam o que fizeram de errado, mesmo quando o exercício do poder por parte do homem é evidente). Numa sociedade como a brasileira, em que mais de 30% dos lares são chefiados por mulheres, em que as mulheres jovens são as que mais engravidam, são justamente as mulheres - e também os homens jovens - que sofrem ainda mais com a falta de perspectiva numa sociedade injusta.

Entre as situações de violência apontadas, destacam-se homens que abordam mulheres na rua de forma desrespeitosa (51%), homens que humilham, xingam ou ameaçam esposa, namorada, companheira (46%); brigas, agressões ou discussões (44%). Quatro em cada dez mulheres (40%) declararam terem sido vítima de assédio sexual no último ano. Destas, 36% receberam cantadas ou comentários desrespeitosos quando estavam na rua, 13% receberam cantadas no local de trabalho e 10% declararam terem sido assediadas fisicamente no transporte público, entre outras situações menos citadas.

A desigualdade e a falta de oportunidades não justificam a violência, mas nos ajudam a entender como essa teia é complexa na sociedade brasileira. A tal ponto que transformamos essa violência em normalidade. Novamente, 2/3 dos entrevistados percebem o aumento da violência e reconhecem

que ela acontece no próprio bairro. Esse é um dado assustador. Não se trata de uma violência que ocorre apenas nos estádios, em confrontos com a polícia, ou em briga de facções. Ela está espalhada e entranhada no cotidiano das pessoas. Os dados nos mostram que se hoje as mídias sociais permitem uma maior exposição da violência antes escondida,

também temos o sentimento de que essa violência deveras aumentou.

Os dados da presente pesquisa mostram a dimensão da violência contra as mulheres e, especialmente, nos alertam para o potencial explosivo da violência em nosso país.

1. *A amostra foi composta por homens e mulheres, no total de 2073 respondentes.*
2. *833 mulheres, de um total de 1053 mulheres participantes da pesquisa, que aceitaram participar do módulo de autopreenchimento, respondido diretamente em um tablete, sem identificação.*

O que somos, o que sabemos e o que fazemos com isso

#AgoraÉQueSãoElas

Manoela Miklos

Doutora em relações internacionais, feminista e co-criadora do #AgoraÉQueSãoElas e do #NaoTemConversa

Ana Carolina Evangelista

Mestre em Gestão e Políticas Públicas, feminista e co-editora do #AgoraÉQueSãoElas

Anova pesquisa nacional “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, realizada pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) ajuda a compreender melhor uma situação que já conhecemos: a violência vivida pelas mulheres e as formas pelas quais, como sociedade, enfrentamos essa questão. Conhecemos a estatística. Nós a experimentamos. Somos esses números. Nós, mulheres, vivenciamos todos os dias o que as estatísticas comprovam. Por que nossa sociedade segue indiferente ao que somos e como estamos? Além

disso, já sabíamos que éramos assim e estávamos em silêncio?

Os dados mostram que 28,6% das mulheres entrevistadas, com 16 anos ou mais, disseram ter sofrido algum tipo de violência - verbal, física ou psicológica. Estima-se, portanto, que ao menos 16,1 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência no período de um ano, mas o número pode chegar a 19,9 milhões (teto da margem de erro de 3 pontos percentuais). Sabemos como estes casos são subnotificados e subrelatados pelas mulheres por inúmeras razões. São muitas Campinas, muitos Maracanás. Que escala de grandeza queremos? Podemos pensar em qualquer comparação

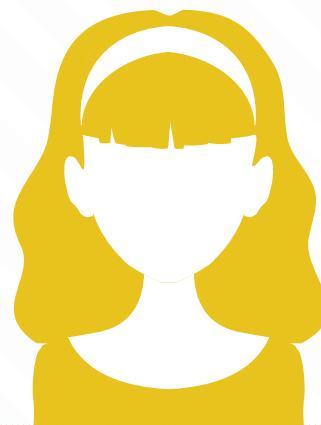
que nos valha. Se este número parece grande, pense novamente. Ele certamente é uma fração. Os dados só revelam o que nós ousamos revelar.

A pesquisa mostra também que ao menos 12 mil mulheres foram vítimas de agressão física por dia no Brasil. Deste total, 39,2% foram vítimas dos namorados, cônjuges, ou ex-namorados e ex-cônjuges. A violência que começa cedo e numa escala assustadora. Os dados indicam que 45% das adolescentes e jovens de 16 a 24 anos sofreram algum tipo de violência no período de um ano. Praticamente metade das jovens brasileiras, metade.

Dos dados, um nos é especialmente novo e aterrador. A cada três brasileiros, dois afirmam ter presenciado uma mulher sendo agredida física ou

verbalmente no último ano. Ou seja, não só somos esses dados, como vocês, homens, sabem. Nós também, mulheres, silenciemos diante da nossa dor de muitas maneiras. Somos parte ativa nesse processo de produção e reprodução da violência. Dois terços dos brasileiros viram. Testemunharam o que as estatísticas já indicam há anos. Isso é inédito. Prova que somos assim e sabemos.

Existe um desafio que as novas experiências feministas pretendem encarar frontalmente: a apatia. A indiferença. Somos algozes e vítimas e sabemos disso. Os números, que são menores do que a experiência, mas nos indicam por onde começar a encará-la, nos dão a dimensão do desafio. E podem nos ajudar a desenvolver estratégias para transcender essa realidade. Obrigada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Agora não temos desculpa.



Violências invisíveis: o não óbvio em evidência

Instituto Avon

Mafoane Odara Poli Santos

Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e coordenadora de projetos do Instituto Avon

Daniela Marques Grelin

Gerente Sênior do Instituto Avon. Possui MBA em marketing global pela Thunderbird School of Global Management e pós-graduação em gestão de negócios pela Fundação Getúlio Vargas. Além disso, é especialista em liderança executiva pela Universidade de Pittsburgh, e bacharel em comércio exterior pela Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA e possui a certificação Six Sigma Black-Belt.

A violência invisível é aquela cujos elementos incorporam-se à cultura, de tal maneira que se perde a percepção de sua existência. Nela encontra-se a raiz das diferentes formas violências contra a mulher.

Os dados inéditos que integram a nova pesquisa nacional “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto DataFolha com o apoio do Instituto Avon e do Governo do Canadá, revelam que quase 30% das mulheres entrevistadas, com 16 anos ou mais, disseram ter sofrido algum tipo de violência (verbal, física ou psicológica) nos 12 meses anteriores à entrevista.

Vale destacar que as ofensas verbais (humilhação, xingamento e insulto) sozinhas foram responsáveis por quase um quarto das violências sofridas pelas mulheres nos últimos 12 meses.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública estima que ao menos 16,1 milhões de brasileiras tenham sofrido algum tipo de violência no período de um ano, mas o número pode chegar a 19,9 milhões (teto da margem de erro). A maior incidência de agressão foi manifestada entre as mulheres negras (31%); seguidas pelas brancas, com índice de 25%.

Este estudo, realizado em fevereiro de 2017 entrevistou 2.073 pessoas, entre homens e mu-

lheres de diferentes faixas etárias, regiões e classe econômica de todo Brasil, reitera resultados de outras pesquisas que ressaltam os dados alarmantes de violência contra a mulher. Ele destaca o crescimento da percepção da sociedade sobre as diferentes formas de violência, quem são as principais vítimas, quais as principais barreiras e os possíveis caminhos para enfrentar a complexidade do tema.

DENUNCIAR PARA QUE?

A violência contra as mulheres tem números alarmantes no Brasil, ainda que os dados públicos disponíveis apresentem pequenas divergências por utilizarem mais de uma fonte de informação. Mas, ainda assim, são representativos diante da realidade do País, uma vez que há um grande número de subnotificações – quando a vítima não registra queixa na delegacia, por medo de represálias, constrangimento ou pela sensação de impunidade dos agressores.

Na pesquisa nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, das entrevistadas que reconheceram ter sofrido algum tipo de violência, 52% afirmam não ter feito nada após o episódio, 13% procuraram ajuda da família e 12% dos amigos e apenas 11% disseram ter procurado uma delegacia da mulher.

A maior incidência de agressão foi manifestada entre as mulheres negras (31%); seguidas pelas brancas, com índice de 25%.

Por exemplo, estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgadas em 2014, revelam que cerca de 527 mil pessoas são estupradas no Brasil por ano. Desses casos, apenas 10% são denunciados à polícia. Na Suécia, por

exemplo, que possui uma das mais rígidas legislações de enfrentamento à violência sexual da Europa, o número de denúncias oficiais de estupros é 150% superior ao brasileiro.

De acordo com o Ministério da Saúde, o abuso sexual é o segundo maior tipo de violência praticada no Brasil. Segundo o levantamento, 70% das pessoas estupradas são crianças e adolescentes de até 17 anos (cerca de 350 mil pessoas ao ano).

ABAIXO DO ICEBERG: A VIOLÊNCIA QUE NINGUÉM VÊ

Segundo a pesquisa¹, dois terços dos brasileiros (66%), ou seja, duas a cada três pessoas, afirmam ter presenciado uma mulher sendo agredida física ou verbalmente nos últimos 12 meses, o que mostra que nem só na pele a violência deixa suas marcas.

As ofensas verbais, responsáveis por 22% das violências sofridas pelas mulheres nos últimos 12 meses, e os assédios são responsáveis pela amplitude e intensidade dos custos da violência exercida contra as mulheres, bem como as implicações sociais e individuais resultantes.

Estas implicações incluem a quebra das redes sociais e interpessoais, absentismo escolar, dificuldades na conquista de promoções, dificuldades em arranjar emprego, desligamentos, assim como custos variados com a saúde física e psicológica, alguns dos quais põem em risco a vida das vítimas. Além disso, a violência contra a mulher tem também implicações futuras através das novas gerações.

No caso do assédio, quatro em cada dez mulheres (40%) declararam terem sido vítimas de assédio sexual no último ano. Destas, 36% receberam cantadas ou comentários desrespeitosos quando estavam na rua, 13% receberam cantadas no local

de trabalho e 10% declararam terem sido assediadas fisicamente no transporte público, entre outras situações menos citadas. O assédio físico no transporte público foi relatado por 10,4% das mulheres, o que significa que entre 5,2 milhões e 7,9 milhões de brasileiras com mais de 16 anos passaram por essa situação nos 12 meses que antecederam a pesquisa. Pelo menos 2,9 milhões de mulheres foram abordadas de maneira agressiva, com contato físico, em baladas e 2,2 milhões já foram agarradas e/ou beijadas à força.

Especialista na questão da violência doméstica contra mulheres, a médica Ana Flávia D'Oliveira, pesquisadora da Faculdade de Medicina da USP, alerta que a naturalização da violência psicológica estimula uma espiral de violências. “As agressões psicológicas também denunciam uma desigualdade na relação que pode evoluir para violência física ou sexual ou homicídios. Então, ter um diagnóstico precoce é bastante importante para evitar dano, morte ou outros crimes posteriores².

A médica ressalta ainda que a banalização social dos comportamentos violentos leva a que, muitas vezes, as próprias mulheres não qualifiquem expressamente como violência as agressões e pressões sofridas, embora os efeitos sobre o comportamento e a psique possam ser verificados no atendimento especializado³

A IMPUNIDADE DO FEMINICÍDIO

Notícias a respeito dos feminicídios, nomeado ao crime de ódio e assassinato de mulhe-

res, despertam os mais variados sentimentos: decepção, indignação, perplexidade, medo, insegurança e outros, dependendo das expectativas (e envolvimento) de cada pessoa. Mas a percepção comum, entretanto, é de que a violência alastrou-se na sociedade.

De acordo com a pesquisa, projeta-se que ao menos 257,5 mil mulheres com mais de 16 anos tenham sido vítimas de tiros de armas de fogo nos 12 meses anteriores a pesquisa. Desse total de mulheres, a maioria eram jovens com renda familiar mensal de até 2 salários mínimos e 44% declararam que os autores da violência e/ou do disparo de armas de fogo eram os seus cônjuges ou companheiros.

Vale destacar que o relatório da pesquisa não consegue desagregar o que a entrevistada declarou como “tiro”. Eventualmente, os disparos podem ter sido feitos para o alto, errando a vítima, ocorrido fora do período dos últimos doze meses (efeito possível em pesquisas sobre crimes graves).

Por outro lado, a taxa de homicídios contra mulheres no país aumentou 8,8% entre 2003 e 2013, segundo o estudo **Mapa da Violência 2015 - Homicídios de Mulheres**, produzido pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), divulgado em novembro de 2015. Entre 1980 e 2013 foram assassinadas 106.093 mulheres, 4.762 só em 2013. O país tem uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da OMS que avaliaram um grupo de 83 países. Entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres passou de 3.937 para 4.762, **aumento de 21%** no período.



Em apenas cinco estados (Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro), as taxas diminuíram. Em Roraima, chegaram a quadruplicar. Na Paraíba, triplicaram. Vitória, Maceió, João Pessoa e Fortaleza encabeçam as capitais com taxas mais elevadas no ano de 2013, acima de 10 homicídios por 100 mil mulheres. No outro extremo, São Paulo e Rio de Janeiro são as capitais com as menores taxas.

Vale destacar que em uma década (a pesquisa abarcou o período de 2003 a 2013), os feminicídios contra negras aumentaram 54%, ao passo que o índice de mortes violentas de mulheres brancas diminuiu 9,8%. Em uma década, o índice de vitimização das negras - cálculo que resulta da relação entre as taxas de mortalidade de ambas as raças - cresceu 190,9% em todo o País, número que ultrapassa os 300% em alguns Estados, como Amapá, Pará e Pernambuco.

A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO SEGUE SENDO A CARNE NEGRA?

Segundo o estudo⁴, há diferenças significativas nos índices de vitimização por agressão e por assédio entre as variáveis idade, instrução, renda familiar mensal, classe econômica, raça/cor.

Quando falamos das violências mais “sutis” como as ofensas verbais e os assédios, o índice é mais alto entre as mais jovens (70%) que entre as mais velhas (10%), entre as mais instruídas (52%) que entre as menos instruídas (21%), entre as mais ricas (52%) que entre as mais pobres (37%), entre as que pertencem às classes A/B (49%) que entre as que pertencem às classes D/E (34%), entre as negras - pardas e pretas - (45%) que entre as brancas (35%) e entre as moradoras de regiões metropolitanas (48%) que entre as moradoras do interior (35%)”. O que nos leva a pensar: o que faz com que mulheres jovens, instruídas, ricas e negras

consigam detectar e nomear melhor às diferentes formas de violência? Isso muda a resolutividade e aumenta as denúncias?

Por outro lado, chama a atenção que quando falamos das violências mais visíveis e explícitas como feminicídios, estupro, perseguições e aquelas por armas de fogo, metade das vítimas seja solteira e tenha renda familiar mensal de até 2 salários mínimos e a maioria negra e moradoras das regiões nordeste e sul (onde estão localizadas as fábricas de armas).

Chama a atenção que em qualquer categoria, com destaque para as situações de assédio, as mulheres negras estejam sempre entre os piores índices de vitimização. A pesquisa mostra que as situações de assédio foram mais recorrentes entre as mulheres negras do que entre as brancas no ano passado. Cerca de 43% das mulheres negras relataram ter vivenciado situações de assédio na rua, transporte público, ambiente de trabalho ou festas e, entre mulheres brancas, de 35%.

“Por outro lado, a taxa de homicídios contra mulheres no país aumentou 8,8% entre 2003 e 2013.”

Segundo pesquisa “O papel do homem na desconstrução do machismo”, do Instituto Avon em parceria com o Instituto Locomotiva, 88% das pessoas acreditam que existe desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, e 89% concordam que as mulheres negras sofrem ainda mais preconceito do que mulheres brancas. Isso nos leva a questionar é possível discutir violência contra a mulher, sem discutir o racismo?

Hoje com os governos, a sociedade e as empresas começando a reconhecer que a violência contra as mulheres precisa ser tratada levando em consideração a sua complexidade, vemos alguns avanços nas políticas, mas passou da hora de assumir que sem uma discussão séria de raça, índices contra as mulheres negras só aumentarão.

O papel dos homens nessa história

Para enfrentar a violência contra a mulher, não basta que a população reconheça a desigualdade entre homens e mulheres, como mostra um dado da pesquisa do Instituto Avon e do Instituto Locomotiva: 78% concordam que as mulheres devem conhecer seus direitos e serem incentivadas a lutar por eles. Na prática, a maioria ainda tolera costumes e situações de violência contra a mulher: 78% não interferem em briga de casal ou interferem apenas se houver algum tipo de violência extrema, e 61% consideram que a mulher que se deixou fotografar também tem culpa quando um homem compartilha suas imagens íntimas sem autorização. Além disso, 27% acreditam que, em alguns casos, a mulher também pode ter culpa por ter sido estuprada.

Apesar de existir uma percepção clara em relação à desigualdade de gênero, parte da população ainda defende costumes que sustentam essa desi-

gualdade e a tolerância social perpetua a violência contra as mulheres, que continua a atingir números alarmantes no Brasil.

Segundo a pesquisa do Instituto, o principal caminho para uma mudança de atitudes é o diálogo: 34 % dos homens afirmam que deixaram de praticar algum tipo de atitude violenta contra a mulher nos últimos tempos. Para 54%, o principal motivo para essa mudança foi ter uma conversa com pessoas próximas, sendo que 35% foram influenciados por algum amigo ou parente homem e 22% por mulheres. Os dados revelam que a conversa de homem para homem possui um alto poder transformador. E os homens já perceberam isso, já que 81% concordam que devem falar com outros homens sobre o que fazer para que as mulheres não sofram preconceito.

Por isso, acreditamos que os homens precisam apoiar o feminismo e a luta das mulheres, mas acima de tudo, eles precisam refletir e questionar as práticas que perpetuam o problema e atuar como influenciadores para criarmos uma cultura em que os direitos humanos sejam respeitados. Os homens precisam influenciar a mudança da cultura machista mudando suas próprias atitudes e convencendo outros homens a fazerem o mesmo.

1. *"Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil"*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto DataFolha.
2. <http://www.compromissoeatitude.org.br/a-importancia-de-mensurar-e-punir-os-danos-da-violencia-invisivel/>
3. *Idem* 3.
4. *"Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil"*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto DataFolha.

Anexo

Perfil da amostra (%)

REGIÃO GEOGRÁFICA	Sudeste	43
	Sul	15
	Nordeste	27
	Centro-Oeste/Norte	8
	Norte	8
	Total	100

PORTE DE CIDADES	Até 50 mil habitantes	31
	Mais de 50 a 200 mil	22
	Mais de 200 a 500 mil	16
	Mais de 500 mil habitantes	31
	Total	100

SEXO	Masculino	48
	Feminino	52
	Total	100

IDADE	16 a 24 anos	19
	25 a 34 anos	20
	35 a 44 anos	19
	45 a 59 anos	24
	60 anos ou mais	19
	Total	100

Perfil da amostra (%)

ESCOLARIDADE	Fundamental	38
	Médio	44
	Superior	18
	Total	100

ESTADO CONJUGAL	Casado(a)/ com Companheiro(a)	48
	Solteiro(a)	36
	Separado/ Divorciado	8
	Viúvo	8
	Total	100

RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 2 S.M.	43
	Mais de 2 a 3 S.M	22
	Mais de 3 a 5 S.M	15
	Mais de 5 a 10 S.M	10
	Mais de 10 a 20 S.M	3
	Mais de 20 a 50 S.M	1
	Mais de 50 S.M	0
	Recusa	3
	Não sabe	3
	Total	100

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	AB	26
	C	47
	DE	28
	Total	100

Perfil da amostra (%)

COR	Branca	38
	Parda	42
	Preta	17
	Amarela	2
	Indígena	1
	Total	100

OCUPAÇÃO	PEA	69
	Assalariado registrado	22
	Free-lance/ bico	13
	Assalariado sem registro	7
	Autônomo regular (Paga ISS)	6
	Funcionário público	5
	Empresário	3
	Profissional liberal (autônomo universitário)	1
	Estagiário/ aprendiz (remunerado)	0
	Outros PEA	1
	Desempregado (procura emprego)	10
	NÃO PEA	31
	Dona de casa	9
	Aposentado	14
	Estudante	6
	Vive de rendas	0
	Outros NAO PEA	1
	Desempregado (Não procura emprego)	1
Total	100	

